

Diretor: Delmiro Carreira

Diretores Adjuntos: Carlos Marques, Helena Carvalheiro, João Carvalho, Teixeira Guimarães e Tomaz Braz



XIII Congresso da UGT

Unidos pelo emprego
com direitos



Ficha Técnica

Propriedade:

Federação do Setor Financeiro
NIF 508618029

Correio eletrónico: revista.febase@gmail.com

Diretor:

Delmiro Carreira – SBSI

Diretores Adjuntos:

Carlos Marques – STAS
Helena Carvalheiro – SBC
João Carvalho – SBSI
Teixeira Guimarães – SBN
Tomaz Braz – SISEP

Conselho Editorial:

Firmino Marques – SBN
Jorge Cordeiro – SISEP
Patrícia Caixinha – STAS
Rui Santos Alves – SBSI
Sequeira Mendes – SBC

Editor:

Elsa Andrade

Redação e Produção:

Rua de S. José, 131
1169-046 Lisboa
Tels.: 213 216 090/062
Fax: 213 216 180

Revisão:

António Costa

Grafismo:

Ricardo Nogueira

Execução Gráfica:

Xis e Érre, Lda.
xer@netcabo.pt
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.
2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 60.437 exemplares (sendo
5.437 enviados por correio eletrónico)

Periodicidade: Mensal

Depósito legal: 307762/10

Registado na ERC: 125 852

A publicidade publicada e/ou inserta
na Revista Febase é da total
responsabilidade dos anunciantes

20 SBC – Bancários do Centro

22 SBN – Bancários do Norte

26 SBSI – Bancários do Sul e Ilhas

28 STAS – Actividade Seguradora

CONTRATAÇÃO | BANCA

Febase pede intervenção da tutela na CGD 4

Pagamento do prémio de antiguidade em tribunal 4

CONTRATAÇÃO | SEGUROS

Contratação – um desafio de sempre 5

QUESTÕES | JURÍDICAS

O uso das redes sociais e a relação laboral 6

ESPECIAL | UGT

O Congresso da maturidade 8

Entrevista a Carlos Silva "As pessoas têm de ouvir a nossa voz" 16



Helena Carvalheiro

O setor bancário tem sido dos mais fustigados pela tendência de redução de postos de trabalho

"Inês não é morta"

Os dados macroeconómicos conhecidos recentemente suplantaram, felizmente, todas as expectativas, mesmo as mais otimistas. Por ora, ficou provado que a famosa T.I.N.A. (acrónimo inglês para *There Is No Alternative*) era manifestamente exagerada.

De facto, o Diabo não veio. Permanecem contudo sérias ameaças que, de forma consciente, não podemos ignorar, como seja o impacto que a subida da inflação e a política de compra de dívida pelo BCE podem ter no frágil equilíbrio conseguido.

O crescimento da economia mantém-se anémico e longe dos míticos três pontos percentuais, que muitos economistas defendem ser o limite mínimo de criação sustentada de emprego.

Temos assistido nos últimos anos a uma eliminação brutal de postos de trabalho no mundo ocidental, não compensada pelos novos negócios e desmentindo o conceito da destruição criativa popularizado por *Schumpeter*.

Esta incapacidade de criar emprego leva a que atualmente a Finlândia seja pioneira na implementação do rendimento básico incondicional, por forma a combater a pobreza resultante da falta de trabalho. Conceito que tem merecido um estimulante debate intelectual por parte dos especialistas da maior parte dos países.

O setor bancário tem sido dos mais fustigados pela tendência de redução de postos de trabalho: no período de 2011 a 2016 terão sido eliminados 6.703 empregos e é expectável que a esse número sejam acrescidos mais 2.000 até ao final da década.

Esta situação decorre da alteração significativa do negócio bancário (com consequente fecho de balcões), do processo de concentração e, nalguns casos, dos crassos erros de gestão e de supervisão. Marcas prestigiadas que julgávamos fortes desaparecem com estrondo. Centros de decisão mudam para o país vizinho. Nunca é de mais repetir que os trabalhadores não tiveram nenhuma responsabilidade em todo este processo.

Contudo, um número significativo dos nossos colegas são confrontados com o desemprego ou com a reforma precoce, abalando a sua estabilidade pessoal e familiar, além da sua autoestima. Nos trabalhadores ativos, a precaridade laboral despoleta o medo e a ansiedade.

Obviamente, esta redução continuada do número de trabalhadores bancários tem vindo a refletir-se no número de associados e nas receitas dos Sindicatos.

Estamos assim perante um dos mais difíceis desafios da história do sindicalismo bancário. Os Sindicatos têm de ser proativos e inovadores, apoiando soluções que permitam atenuar o processo de redução de colaboradores. Soluções que sejam credíveis e não demagógicas.

Por outro lado, têm de dimensionar rapidamente a sua estrutura face ao atual número de associados, sob pena de no curto prazo terem de redefinir os benefícios concedidos, colocando mesmo em causa a solvabilidade futura.

Torna-se por isso cada vez mais premente avançar com o sindicato único. Conscientes que desse processo tem de nascer uma Instituição mais forte, mais coesa, mas também mais eficiente e mais leve. Instituição que não defraude o passado, especificidade e valores dos atuais Sindicatos.

Urge dar a palavra aos sócios. Urge tomar decisões.

A não ser assim "Inês é morta" (expressão usada para expressar a inutilidade de certas decisões).

Febase pede intervenção da tutela na CGD

Os Sindicatos da Federação manifestaram à administração do banco público o seu descontentamento com a gestão do plano de reestruturação e vão solicitar a intervenção da UGT e do Governo

Textos | Inês F. Neto

Os Sindicatos dos Bancários da Febase manifestaram, junto da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, o seu profundo e imenso descontentamento pela forma como esta Administração tem gerido a sua relação com os trabalhadores e as suas Estruturas Representativas.

Os Sindicatos dos Bancários do Centro, do Norte e do Sul e Ilhas deram nota que é inaceitável que quer os trabalhadores, quer os Sindicatos tenham conhecimento do plano de reestruturação do quadro de pessoal pela comunicação social, quando já solicitaram uma reunião à Administração da CGD e à qual ainda não obtiveram resposta.



Por tal comportamento revestir um desrespeito para com os Sindicatos, as Direções irão solicitar a intervenção da UGT e da Tutela.

Os Sindicatos dos Bancários do Centro, do Norte e do Sul e Ilhas estarão sempre do lado da defesa dos direitos dos trabalhadores e disponíveis para, em conjunto com a Administração da CGD, encontrar medidas que minimizem os efeitos sociais e laborais da reestruturação prevista, permitindo salvaguardar os postos de trabalho. ■

Pagamento do prémio de antiguidade em tribunal



Face à aplicação, pelos bancos, do clausulado relativo ao prémio de antiguidade, os Sindicatos da Febase decidiram interpor ações judiciais para o reconhecimento do direito ao seu pagamento

Na recente revisão dos diversos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho (IRCT) de que a Febase é signatária, foi acordada a extinção do prémio de antiguidade e, em sua substituição, a criação de um prémio de final de carreira.

No entanto, os novos IRCT contemplam clausulado que obriga ao pagamento de um proporcional, à data da sua entrada em vigor. Mas a forma como os bancos estão a aplicar esta disposição tem desencadeado múltiplas dúvidas aos trabalhadores.

Assim, face às questões suscitadas por diversos sócios, os Sindicatos da Febase, em conjunto com os seus assessores jurídicos, têm vindo a analisar a situação.

Levando em linha de conta quer a entrada em vigor de novos IRCT – que revogaram as normas relativas ao pagamento do prémio de antiguidade, mas determinam um último pagamento do mesmo –, quer os direitos dos trabalhadores bancários, foi decidido interpor ações judiciais com vista ao reconhecimento do direito ao pagamento do prémio de antiguidade, de acordo com todo o tempo de trabalho prestado (todos os anos de bom e efetivo serviço) e não proporcionalmente, conforme os bancos têm considerado.

Os Sindicatos darão conta do resultado destas diligências, conforme a evolução do processo. ■

Contratação

– um desafio de sempre

Os Sindicatos da atividade seguradora da Febase voltarão à mesa de negociações ainda este ano

Texto | José Luís Pais*

Vivemos em tempos de mudança acelerada, em que as velhas certezas se transformam em novos problemas. Apercebemo-nos dia a dia que novas esperanças e mais largas expectativas se matizam de novas e velhas ameaças. É um tempo em que nada é definitivo, em que o futuro se constrói a passo cada vez mais célere. Ninguém pode parar este processo de mudança. Aliás, é um dos grandes desafios do nosso tempo, mobilizador das vontades e capaz de enriquecer a nossa capacidade de humanização.

Por mais que se revelem incertezas e se acrescentem dificuldades às tentativas que todos nós fazemos para projetar o nosso futuro, não temos alternativa para o facto de vivermos num mundo que cada vez conhece melhor as diferenças de que se constitui.

É um mundo e um tempo de forjar sempre novas soluções, sabendo de antemão que elas não deixarão de exigir reajustamentos e correções. É um mundo em que sabemos, cada vez melhor, que não estamos sós, embora por vezes sintamos a solidão. Partilhamo-lo com quem persegue objetivos diferentes dos nossos, um mundo em que nem sempre se vê claramente que a interdependência é cada vez mais o complemento irrecusável da diferenciação.

Por isso é cada vez mais necessário influenciar os vários processos de mudança que nos envolvem e nos condicionam o presente e o futuro.

CONQUISTAS

Para os Sindicatos da atividade seguradora que integram a Febase, num País pequeno como aquele em que queremos ser cidadãos de corpo inteiro, os próximos anos são importantíssimos porque seremos confrontados com mudanças mais intensas e generalizadas do que as que conhecemos nos últimos tempos. Naquele setor, existe desde janeiro de

2016 e abrangendo uma larga maioria de trabalhadores, o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

Os trabalhadores compreenderam e aceitaram a alteração contratual e o muito que se conseguiu, nomeadamente: atribuição de uma pausa de 10 minutos por cada período de duas horas consecutivas de trabalho exclusivo em atendimento telefónico; 20 em vez de 15 faltas justificadas para atribuição do prémio de permanência, e também passam a ser justificadas e sem penalização na atribuição do prémio as faltas que decorram de internamento hospitalar, incluindo o dia anterior e 30 dias subsequentes à alta hospitalar.

Aos trabalhadores com 50 ou mais anos de idade, foi possibilitado um acordo com a empresa para que a licença anual com retribuição possa ser substituída pelo pagamento de um prémio pecuniário correspondente ao número de dias dessa licença; criação de apoio escolar; foi definido novo valor da contribuição anual do empregador para o PIR = 3,25%; atualizações quer no ano de 2016, quer no de 2017, da tabela salarial e do subsídio de refeição.

NEGOCIAÇÃO

Significa isto que nos damos por satisfeitos e acomodados? Não! Pelo contrário, muito há ainda para fazer, se não quisermos ser irremediavelmente ultrapassados. Estaremos também preparados, se for o caso, para que haja ainda quem prometa demagógica e oportunisticamente o que só serve para iludir os incautos.

Com a melhor disposição voltaremos à mesa de negociações ainda este ano. A postura praticada por nós é a única positiva para os trabalhadores.

Ao defendermos os interesses dos trabalhadores, não nos posicionamos contra as empresas, dado que eles fazem parte integrante destas, ou seja, são o seu capital mais precioso. Garantir os seus direitos, como sempre temos feito, é contribuir necessária e decisivamente para o progresso das empresas, cientes das nossas responsabilidades, sem reservas mentais e enquanto representantes da maioria dos trabalhadores da atividade seguradora. ■

**Vice-presidente do STAS*

O uso das redes sociais

Um alerta a todos os trabalhadores que usam as redes sociais (no local de trabalho ou fora deste), correndo o risco de verem um deslize severamente sancionado

Texto | Ricardo Clara*

O aparecimento das novas tecnologias de informação e comunicação veio introduzir desafios aos trabalhadores e às entidades patronais, em especial pelo facto de constituir um paradigma novo quer na forma da prestação do serviço quer por poder constituir fonte inesgotável de entretenimento, e que pode prejudicar seriamente os actores envolvidos na relação laboral.

Se o correio electrónico já é uma ferramenta cujo uso se institucionalizou de forma radical na prestação do serviço, a realidade é que a banalização de redes sociais como o Facebook, o Twitter, o LinkedIn ou o Instagram vieram alterar de forma profunda o quotidiano dos cidadãos, sendo inclusive já uma fonte de vício e de adição para largos milhares de pessoas.

Esta transversalidade do uso (e muitas vezes dependência) pode afectar, por vezes, a relação dos trabalhadores com as entidades patronais, em vários planos, dos quais

abordaremos sucintamente dois: o uso das redes sociais durante o horário de trabalho; e a dicotomia “liberdade de expressão” vs. “poder de direcção”.

“NAVEGAR” NO LOCAL DE TRABALHO**

Claro está de ver que estamos perante matérias que, como muito bem resume a locução popular, «dão pano para mangas». O uso das redes sociais durante o horário de trabalho pode ter como consequência, se levado a extremos, a perda real de produtividade – aquilo a que os brasileiros tão bem apelidam de «cibervadiagem». Nestes casos, em que trabalhadores se debruçam com afinco em conversas via serviços de mensagens instantâneas (vg. Messenger), ou em partilha de pensamentos, notícias e opiniões nas redes sociais (bem como explorar as centenas de jogos que os mesmos disponibilizam) podem configurar uma verdadeira violação dos deveres de zelo, empenho e diligência previstos no art.º 128 do Código do Trabalho (CT), cuja violação abre portas à aplicação de sanções disciplinares, que podem inclusive ser não conservatórias do vínculo laboral.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO?

Mas mais. A dita partilha de pensamentos ou opiniões, se dirigidas a colegas de trabalho, superiores hierárquicos ou à própria entidade patronal, pode ter como consequência o



e a relação laboral

mesmo caminho ou destino que abordamos acima, e que é a da aplicação de sanções disciplinares que, no limite, inviabilizam a manutenção da relação jurídica laboral, se atentatórias da reputação, bom nome e idoneidade de todos os intervenientes na relação em causa, como sejam as empresas, os trabalhadores, os empregadores, os clientes ou empresas associadas.

Isto a propósito de alguma confusão que por vezes surge naquilo que é o contexto público ou privado da emissão de opiniões nas redes sociais por trabalhadores, que visam colegas de trabalho ou a própria empresa, convencidos que estão de um carácter restrito, mas que na realidade pode ser passível de censura jus-laboral.

Isso mesmo foi decidido pelo Tribunal da Relação do Porto em Setembro de 2014, onde se decidiu o caso de um trabalhador que produziu afirmações lesivas para a honra da sua entidade patronal, num post publicado num grupo do Facebook, e que acarretou a aplicação de uma sanção disciplinar de despedimento com justa causa.

Em tal situação (como em muitas que podem ocorrer) não é esquecido que “O trabalhador goza do direito de reserva e confidencialidade relativamente ao conteúdo das mensagens de natureza pessoal e acesso a informação de carácter não profissional que envie, receba ou consulte (...)” (art.º 22 CT). Nestes casos, contudo, importa aos trabalhadores terem em atenção o conceito de «publicação [post] privado», mas que na realidade pode cair muito facilmente na esfera pública.

PÚBLICO VS. PRIVADO

Para tal basta atentar ao seguinte raciocínio: um trabalhador que seja utilizador frequente de redes sociais, sabedor do modo de como restringir o acesso às suas publicações por via das ferramentas próprias dessas redes sociais (nomeadamente colocando o seu universo só para «amigos»), mas que mesmo assim opta por produzir afirmações que consubstanciam matérias atentatórias de direitos de outrem, estão amplamente expostos ao punho sancionatório das entidades patronais – isto sem esquecer que, por muito que decidam os trabalhadores restringir, tornar privado e ocultar dos olhos públicos os seus pensamentos e opiniões nas redes sociais, estão sempre dependentes de que nenhuma das pessoas com quem partilham desabafos os reproduzam num contexto marcadamente público, com todas as consequências que já enumerámos.

Servirá esta reflexão de alerta a todos os trabalhadores que enveredam pelo uso das redes sociais (no local de trabalho ou fora deste), correndo o risco de verem um deslize severamente sancionado por quem detém o direito a tal.

**Advogado do SBN*

***Subtítulos da responsabilidade da Redação*

O autor escreve de acordo com as regras anteriores ao Acordo Ortográfico



O Congresso da mat

Crescimento, emprego, mais justiça social. Três palavras para lema, um programa de ação para quatro anos. Num Congresso bastante participado e onde não faltaram representantes dos principais órgãos de soberania – Presidente da República, ministro do Trabalho e vice-presidente da AR – debateu-se o País e a Europa, votou-se em ideias e em pessoas, planeou-se o futuro do trabalho e dos trabalhadores. O setor financeiro mereceu uma moção e foi referência na intervenção final do reeleito secretário-geral

Subordinado ao lema “Crescimento, emprego, mais justiça social”, decorreu nos dias 25 e 26 de março, no Coliseu do Porto, o 13.º congresso da UGT, para o qual foram eleitos 731 delegados. O órgão máximo da central regressou ao Porto 38 anos depois de ali ter eleito Torres Couto como primeiro secretário-geral e Miguel Pacheco como primeiro presidente.

A reunião magna da central sindical contou com vários momentos de destaque, mas o momento mais emotivo da sessão de abertura foi a exibição de um vídeo de homenagem aos dirigentes que faleceram neste último quadriénio.

Sem esquecer o que se passou a nível internacional – designadamente

Textos | Francisco José Oliveira



uridade

na Colômbia e na Turquia –, a ênfase foi colocada, naturalmente, a nível nacional, sobretudo no que diz respeito ao recente falecimento do primeiro presidente da UGT, Miguel Pacheco. Mário Soares, que também faleceu recentemente, não foi esquecido, mercê do apoio que concedeu à constituição da central sindical.

Todavia, refira-se o facto de a sessão de abertura ter proporcionado ainda dois momentos culturais, com as prestações dos Pauliteiros de Miranda e de Carlos Alberto Moniz. Ainda na sessão de abertura, houve oportunidade para se escutar as comunicações do representante do Comité de Juventude da Confederação Europeia de Sindicatos, ►



Rui Moreira

“O pior já passou”

O presidente da Câmara Municipal do Porto recordou a importância da cidade na história da UGT:

“O Porto esteve ligado às lutas da UGT pela afirmação do sindicalismo democrático. E esteve também ligado à passagem de um tempo difícil. Estou convicto de que o pior já passou, embora não possamos impedir perversidades, como os radicalismos.

Mas há bons sinais, como o crescimento económico. Estamos a atrair investimento, que tem permitido criar emprego qualificado. Por isso não podemos ouvir as vozes que diabolizam o turismo, que dá emprego a tanta gente.”



► da secretária-geral adjunta da CES (Monserrat Mir), do representante da Confederação Sindical Internacional (CSI) e do presidente do Comité Económico e Social Europeu (George Dassis).

Entre as muitas personalidades presentes como convidados no

Congresso, salientem-se Marcelo Rebelo de Sousa – pela primeira vez um Presidente da República comparece –, o ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Vieira da Silva, e o vice-presidente do Parlamento, Jorge Lacão.

AÇÃO PARA O QUADRIÉNIO

Depois de ter sido debatido, votado e aprovado o Relatório do Secretariado Nacional, os congressistas analisaram e aprovaram uma Resolução Programática contendo a definição das Grandes Linhas de Orientação Político-Sindical e o Programa de Ação para os próximos quatro anos, subdividido em oito capítulos.

Em “Um novo ciclo – apostar no crescimento, na competitividade e no emprego”, os outros temas referenciados são como desenvolver políticas setoriais e reforçar a coesão social e territorial.

Quanto a “Uma verdadeira política de rendimentos – garantir uma justa distribuição da riqueza”, não foi esquecida uma política fiscal justa e equitativa.

Já no que se refere ao “Emprego com direitos – dignificar o trabalho e os trabalhadores”, os tópicos desenvolvidos debruçam-se sobre o combate ao desemprego e à precariedade,

Marcelo Rebelo de Sousa

Uma causa para a próxima década: crescer acima



Tendo sido o primeiro Presidente da República a estar presente na sessão de abertura de um congresso da UGT, Marcelo Rebelo de Sousa marcou a atualidade daquele dia, ao ter salientado que “não nos resignamos a uma União Europeia a crescer pouco e a aparecer mais como um símbolo do passado do que do futuro; por isso a nossa causa para os próximos dez anos é crescer acima dos 2%”. Antes, tinha referido que o mérito pelo cumprimento da meta do défice se tinha ficado a dever a todos os portugueses: “A concretizar-se a saída de Portugal do Procedimento por Défice Excessivo, não se trata da vitória de um Governo, ou Presidente, ou partido, ou político, mas dos verdadeiros heróis desta saga: os portugueses. E só eles.”

Apelou depois à convergência entre partidos e parceiros sociais, sublinhando que “a concertação não é uma fraqueza – é sinal de uma força descomplexada ao serviço de Portugal”.

No dia em que se comemorava o aniversário da assinatura do Tratado

de Roma, Marcelo não se esqueceu da efeméride e ligou-a ao futuro: “O dia de hoje, que assinala os sessenta anos do arranque deste projeto de paz, solidariedade, progresso económico e abertura universal, tem de ser virado para o futuro mais do que para o passado, de esperança mais do que resignação, de recomeço mais do que de fim do caminho.”

EUROPA AO ATAQUE

Para tal, a Europa tem de perder o medo: “Tem de acreditar mais em si própria. Em vez de estar à defesa, tem de estar ao ataque. Este ano tem vindo a ser vivido em aflição constante, eleição após eleição, na expectativa de que as vozes da implosão europeia não vinham. E por cada resultado lisonjeiro há um alívio momentâneo à espera do desafio seguinte.”

Por isso, garantiu não ser possível viver assim: “Não é aceitável que o normal em democracia, que são as elei-

ao reforço das políticas ativas de emprego e à proteção aos desempregados, à promoção e qualificação das pessoas, ao respeito e dinamização da negociação coletiva, defesa de uma legislação laboral justa, promoção de melhores condições de segurança e saúde no trabalho, garantia e efetividade da lei e ao reforço dos serviços inspetivos.

No que diz respeito às “Pessoas no centro das políticas – mais justiça social”, dois são os capítulos. O primeiro, “Defender o Estado Social”, inclui a Segurança Social, educação, saúde e justiça. O segundo, “Lutar por uma sociedade inclusiva”, abrange a redução da pobreza e das desigualdades sociais e de rendimentos, a promoção da igualdade de género, o combate a todas as discriminações, a promoção de uma verdadeira política de juventude, a defesa dos trabalhadores migrantes e a dignificação dos cidadãos seniores.

Com referência a “Um Estado ao serviço de todos – Gerar confiança

Helena André

“Parceiro ativo na mudança”



A representante do diretor-geral da OIT salientou a importância da negociação:

“O futuro do movimento sindical reside na possibilidade de trazer para o seu seio novos dirigentes, designadamente jovens e mulheres. Parabéns à UGT, porque o tem feito.

A partir da OIT temos observado com muito interesse o percurso que Portugal tem vindo a fazer no caminho da procura de uma maior coesão económica e social.

A UGT tem de ter a capacidade de ser um parceiro ativo de participação na mudança neste processo, de empenhamento na negociação e de estabelecer acordos bipartidos, num novo modelo de concertação social, em ordem a estabelecer novos equilíbrios entre o legislativo e o contratual.”

dos 2% ao ano

ções, seja o pavor dos partidos. Não é aceitável que a mobilização perante o ideal europeu seja feita só na altura das eleições. Não é aceitável que se olhe para o dia-a-dia, em vez de se olhar para o médio e o longo prazo. Queremos uma União Europeia forte, avessa a radicalismos populistas, racismos, xenofobias, intolerâncias e exclusões. Como é possível que a UE esteja a perder peso universal e credibilidade interna?”

E terminou, asseverando: “A UGT pode e deve continuar a ajudar mais e melhor Portugal e a Europa. Tenho a convicção profunda de que assim o fará.”

Mas o Presidente da República tinha começado por dizer que este Congresso se realizava precisamente onde deveria ter sido realizado: “no Porto, nesta capital da cidadania e do trabalho, onde se recorda um passado e um futuro, onde se reúnem sindicalistas que provêm do tempo da Carta Aberta, defensores do Estado democrático.”

– Modernizar sem distribuir”, a temática vira-se para a (re)valorização da administração pública, para o setor empresarial do Estado e para a garantia de serviços de qualidade e de proximidade.

O sexto ponto trata de “Defender a concertação social, pilar da democracia.”

O seguinte aponta para “Uma Europa mais social – uma globalização mais justa”, em que se fala de relançar o Modelo Social Europeu, de um crescimento inclusivo com diálogo social e de uma globalização com dimensão social.

O documento termina com “Organização sindical – Reforçar a UGT e os seus sindicatos num mundo em mudança.”

REPTO AOS EMPRESÁRIOS

Na abertura do Congresso, o líder da central começou por sublinhar que “a tolerância, a ideia diferente do outro, a diversidade de opiniões, o pluralismo existente no nosso seio e nos nossos sindicatos nunca foram fatores impositivos para que a UGT seja uma organização respeitada, credível, reivindicativa, mas também moderada e com o sentido de equilíbrio e rigor

que os trabalhadores exigem de nós e merecem – porque acima de todas as mais díspares posições que possamos assumir há um elo que nos une e que nos identifica, Portugal, o nosso amado e belo País de mais de novecentos anos de História de que nos devemos orgulhar.”

Dirigindo-se a seguir aos empresários, perguntou: “O que pode existir de mais relevante e motivador para um trabalhador, entre outras coisas, senão ter o respeito do seu patrão e receber o seu salário pontualmente no fim de cada mês?” Depois da pergunta feita, um repto: “Não barrem a entrada aos sindicatos que vierem por bem! Não proíbam os sindicatos da UGT de visitar os trabalhadores dentro das vossas empresas! Abram as vossas portas à UGT e aos nossos sindicatos! Abram-nas! Quanto maior for a harmonia entre nós, mais garantida estará a paz social e a estabilidade no seio da empresa.”

TROIKA DE MÁ MEMÓRIA

Passou, a seguir, a salientar a relevância da concertação social: “Foi lá que assinámos os acordos ao longo dos anos, sempre com o objetivo de defender os trabalhadores que re- ▶



Jorge Lacão

“Respeito pela dignidade dos trabalhadores”

Para o vice-presidente da Assembleia da República, a UGT faz parte da democracia:

A presença aqui dos titulares dos nossos órgãos de soberania é a expressão da maturidade democrática da UGT, que tem um papel insubstituível na história na afirmação da democracia em Portugal, dada a sua participação nas diversas instituições para defender os interesses dos trabalhadores. Sabemos que nem sempre é fácil, que muitas vezes é preciso coragem para assumir compromissos, mas é assim que se encontram os caminhos das convicções. É preciso saber quais os valores que queremos prosseguir.

Estou convicto de que comungamos da mesma opinião: a do respeito pela dignidade dos trabalhadores. Não é possível falar de progresso sem justiça social, o que passa por combater a precariedade no trabalho. É necessário superar contradições e divergências para voltar a construir o espírito europeu.

Não podemos contemporizar com a ideia de que uns produzem e outros vivem à custa da produção alheia. Que seja em nome da dignidade e da cidadania que se construa o êxito do vosso Congresso, porque ele contribuirá para o êxito do nosso País.”

► apresentamos e o País. 2012 não foi exceção. Ou a UGT permitia que, num contexto extremamente adverso para o País, fosse aplicado o memorando da Troika, com um conjunto tão gravoso de medidas que é melhor nem imaginar os resultados da sua implementação total, como exigia a Troika, ou a UGT negociava a mitigação desse memorando e dessas medidas, para que os sacrifícios dos portugueses não fossem ainda mais dolorosos e dramáticos do que poderiam ter sido. A UGT escolheu esta segunda via, em nome do País que somos e da garantia internacional exigida ao Estado português como contrapartida do resgate financeiro efetuado.”

Um tempo “extraordinário e atípico” foi como Carlos Silva considerou aqueles momentos: “Austeridade pela austeridade e empobrecer para cumprir objetivos ditados por instituições financeiras que não têm coração nem alma, nem sequer sensibilidade social, foram ditames que passaram, apesar de algumas vozes da desgraça ressabiadas, como o lamentável presidente do Eurogrupo ou responsáveis do BCE teimarem em apostar na continuação de políticas ultraliberais de tão má memória. E já não bastava rejubilarem pelas políticas que conduzem à pobreza e à desigualdade, ainda se afundam mais com exercícios de xenofobia e desprezo pelos povos do sul da Europa – como se a exaltação promovida por gente desta laia não nos lembre as tristes e deploráveis teses de uma pretensa raça superior, que permitiu o assassinio de milhões de ho-

mens, mulheres e crianças em pleno século XX.”

SENHOR DIJSSSELBLOEM, DEMITA-SE!

“Esperemos que os socialistas e social-democratas europeus não deem ao senhor Dijsselbloem a benesse que o povo holandês rejeitou nas urnas, relegando-o para um pobre resultado eleitoral, como aliás mereceu, perante ideias tão repugnantes contra o ideal humanista e tolerante que presidiu à criação da União Europeia. Senhor Dijsselbloem, demita-se! Tenha vergonha pela ofensa que proferiu e vá-se embora! Não tem lugar entre os democratas”, exortou Carlos Silva.

O secretário-geral da UGT referiu depois que é tempo de reverter aqueles tempos e de reaver direitos e expectativas que se sumiram com a crise: “Se para tal for necessário alterar, ainda que de forma pontual, o Código do Trabalho, pois que se faça. Defendemos a estabilização da legislação laboral, mas nunca sem que algumas das feridas que subsistem dos tempos da Troika e do sacrifício sejam retiradas da lei. É uma exigência ética e de cidadania dos trabalhadores portugueses e do próprio País. A favor dos que perderam os empregos, que emigraram, que viram esbulhados os direitos que julgavam perenes, que acreditaram no Estado Social e no Modelo Social Europeu, que a nossa entrada na Europa permitiu.”

Carlos Silva não apontou para datas, mas... “Não será certamente tudo revertido num dia, num mês ou até num ano. Esse esforço já teve início e foi aplicado pelo Governo atual, mas ainda não chega. O Governo tem de ter mais ambição e ser mais célere, para que os portugueses acreditem que é possível virar definitivamente a página da austeridade e da enorme carga fiscal que pesa sobre as empresas e as famílias.”

EUROPA SOCIAL

Uma última mensagem, para deixar clara a opção europeísta da central: “Queremos estar na Europa. Queremos continuar entre aqueles que sempre apostaram numa Europa solidária, inclusiva, não discriminatória, uma Europa de direitos, uma Europa social, uma Europa dos cidadãos. Uma



José Vieira da Silva

“Entre o futuro do trabalho e o trabalho do futuro”



O ministro do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social lembrou, na sua intervenção, o papel da UGT na concertação social:

“Vivemos um momento de singular importância em Portugal. Vencemos profecias de catástrofe e cumprimos metas orçamentais num quadro de clara superação económica, criando milhares de postos de trabalho, com retoma do investimento privado, com

recuperação dos rendimentos das famílias e com o aumento do salário mínimo no âmbito da Concertação Social. É essencial dar continuidade a este caminho, porque temos consciência da sua complexidade.

Ainda temos um défice de qualificações e obstáculos de financiamento ao desenvolvimento, enquanto a pobreza persiste. Por isso há um lugar insubstituível ao movimento sindical,

em particular ao diálogo social bem-sucedido. O país conta com a UGT e com o sindicalismo que ela representa para um futuro que será determinado por uma Europa cheia de incertezas.

A UGT tem sido protagonista constante de uma luta pela coesão e pela igualdade.

Conhecemos todos o profundo empenhamento da UGT no modelo de diálogo social europeu e de políticas que promovem a convergência e a inclusão social.

Estamos numa encruzilhada entre o futuro do trabalho e o trabalho do futuro. Não faltam vozes que desenham cenários em que o trabalho humano dará lugar aos robôs. Mas temos de relativizar estas mudanças, que são contemporâneas com os fenómenos do desemprego de longa duração e da difícil entrada dos jovens no mundo do trabalho.

O diálogo e a concertação não esgotam a vida sindical, mas são fundamentais para o futuro. A UGT tem uma história que se confunde com uma permanente presença na concertação social. Do seu sucesso depende o futuro que todos ambicionamos escrever.”

Europa onde os trabalhadores portugueses continuem a ser considerados dos melhores do mundo e que, apesar dos nacionalismos, da xenofobia, do anti-islamismo, do antisemitismo

e de tristes figuras como o senhor Dijsselbloom, que se vão vendo e ouvindo nas televisões e nos jornais, o nosso País seja visto como um símbolo de tolerância, multiculturalismo

e segurança e de ter orgulho na sua diáspora.”

AO FIM DA PERDA DE EMPREGOS NA BANCA



Como sempre nestas ocasiões, foram eleitos os membros dos órgãos da UGT. Sem novidades nos cargos máximos – a mesma presidente, o mesmo secretário-geral. Ou seja, Carlos Silva sucedeu a Carlos Silva como secretário-geral da UGT. Os congressistas da 13.ª reunião magna da central sindical conferiram-lhe 84,27 por cento dos votos.

No discurso de encerramento, apelou à estabilização do sistema financeiro, para que os trabalhadores da banca deixem de continuar a perder os empregos. A propósito, questionou: “Os gestores geriram mal; onde estão ▶



► as penalizações? Está alguém preso por ter gerido mal algum banco?”

Por outro lado, o líder da UGT colocou também tónica significativa na necessidade da valorização do interior do País: “Se há regionalização ou não é uma questão que podemos discutir. Se há delegação de competências para as autarquias, que discutam o Governo

e a Assembleia da República. Mas o que os cidadãos querem é ser tratados todos como iguais.” Por isso reivindicou que o Executivo proceda a uma discriminação positiva para quem vive e investe no interior, designadamente com medidas compensatórias às empresas e aos jovens. E deixou um recado às instituições euro-

peias: “Quando entrámos para a então Comunidade Económica Europeia sabíamos que uma parte da nossa soberania ficaria nas mãos das instituições europeias. Mas uma coisa é perder alguma soberania, outra coisa é aceitar que se imponha tudo, como se não tivéssemos o direito a uma resposta musculada quando estão a esbulhar os nossos próprios direitos.”

PONTES DE CONVERGÊNCIA

Lucinda Dâmaso, presidente reeleita, começou a sua intervenção sublinhando que o Congresso tinha representado um ponto de chegada, mas também um ponto de partida para os próximos quatro anos: “Termos aprovado um projeto de resolução por tão larga maioria representa uma muito grande responsabilidade. Podemos orgulhar-nos do modo como decorreram os trabalhos. Houve convergências e divergências, mas houve sobretudo a vontade de no final se chegar ao consenso de continuar a fazer da UGT a grande central sindical plural, livre e democrática.”

Lucinda Dâmaso considerou depois que o Plano de Ação aprovado constitui um grande desafio, porque só com todos poderá ser executado: “O seu cumprimento fortalecerá, sem dúvida alguma, ainda mais a UGT.”

Salientou também que o Congresso constituiu uma prova de força e de determinação da central sindical e de todos os seus ativistas: “Foi uma confirmação de que é possível discutirmos ideias e projetos no respeito uns pelos outros, não quebrando pontes e procurando os consensos necessários que permitirão que a UGT continue a reafirmar-se e a tornar-se ainda mais forte e interventiva, e ainda mais próxima dos trabalhadores.”

E acrescentou: “No clima de unidade e de coesão que todos queremos preservar e temos a obrigação de salvaguardar, continuaremos sempre ao serviço dos trabalhadores e da democracia, mas acima de tudo conscientes de que temos de servir Portugal. Estaremos sempre disponíveis para procurar consensos, para assumir compromissos e para continuar a preservar os valores da Carta Aberta, que presidiram à criação e à fundação da UGT. O legado que nos deixaram tornará ainda mais forte e coesa esta equipa que aqui acaba de ser eleita.”

Federação nos órgãos da central

Muitos foram os sindicalistas dos diversos sindicatos constitutivos da Febase que foram eleitos para os diversos órgãos da UGT.

Secretário-geral: Carlos Silva (SBC).

Secretariado Nacional (efetivos): Rui Riso (SBSI), Ângela Cardoso Filipe (SBSI), António Carlos Santos (SISEP), Carlos Bico (SBC), Carlos Marques (STAS), César Campos (SBN), Cristina Trony (SBSI), Firmino Marques (SBN), Helena Carvalheiro (SBC), João Carvalho (SBSI), João Pedro Moreira (SBSI), Joaquim Machado (SBN), Jorge Delgado (SBN), José Carlos Pires (SBSI), Manuel Camacho (SBSI), Mendes Dias (SBSI), Nuno Linhares (SBN), Pastor Oliveira (SBSI), Patrícia Caixinha (STAS), Paula Viseu (SBSI), Paulo Alexandre (SBSI), Rui Godinho (SBSI) e Susana Moreira (SBN). Suplentes: Maria Elizabeth Barreiros (SBSI), Maria da Graça Patrício (SBN), Alberto Simão (SBN), Ana Carla Mendes (SBSI), Daniel Matos (SBSI), Elizabete Lima (Sisep), Fernando Medina (SBSI), Francisco Carapinha (SBC), Humberto Cabral (SBSI), Ilda Martins (SBN), João Carreira Esteves (SBSI), Joaquim Gomes (SBSI), Joaquim Maurício (SBSI), Jorge Simões (SBSI), José Campos Cunha (SBN), José Martins Alves (SBN), Mário Rúbio (STAS), Mariza do Carmo Almeida (SBN), Mónica Gomes (SBSI), Rute Almeida (SBSI) e Sónia Pinto (SBC).

Mesa do Congresso e Conselho Geral (efetivos): António Fonseca (SBSI), Vitorino Ribeiro (SBN), Teresa Lourenço (SBSI) e Luís Filipe Silva Lopes (SBN). Suplentes: Sandra Susana Salgado (SBSI).

Conselho Fiscalizador de Contas (vogais): Manuel Pinheiro Ramos (SBC) e José João Ribeiro (SBSI). Suplentes: Carlos Bispo (SBSI), Francisco Ventura (STAS), Jorge Macedo (SBN) e Adelino Rosa Duarte (SBSI), como suplentes.

Conselho de Disciplina (suplentes): Cristina Damião (SBSI) e José Joaquim Oliveira (SBN), como efetivos, e António Ramos (SBSI), Manuel António Rodrigues (SBC) e Armando Leitão Gomes (SBSI).



Febase exige defesa e dignificação dos postos de trabalho

Das 16 moções aprovadas no Congresso da UGT, merece particular destaque a que foi apresentada pela Febase.

Fazendo uma análise sobre os problemas que têm afetado o setor financeiro em anos recentes, o documento termina exigindo uma intervenção firme da central sindical na defesa dos postos de trabalho e da sua dignificação. Pela sua relevância, reproduz-se o documento na íntegra.

“Ao longo da última década, a crise desencadeada nos Estados Unidos tem afetado de forma brutal o setor financeiro europeu e, por consequência, o português.

A par da destruição de valor das economias – afetando empresas e particulares, investidores e trabalhadores e os seus patrimónios, levando por vezes todas as poupanças de uma vida –, veio a destruição de postos de trabalho e, com esta, a destruição de projetos de vida.

Em dez anos vieram ao de cima, qual azeite na água, um enorme número de irregularidades inimagináveis e absolutamente inesperadas por quem confia ou confiava nessas instituições; dúvidas e certezas sobre a incapacidade de fiscalizar de quem

devia ter fiscalizado; envolvimento político ao mais alto nível na reafirmação da confiança no sistema e num banco que arrastaria para o desemprego milhares de trabalhadores.

Não sendo um grande empregador, o setor financeiro – banca e seguros – continua a ter das maiores concentrações de trabalhadores de serviços em Portugal.

O enfraquecimento da contratação coletiva, por imposição das entidades externas, e o pouco valor que lhe foi atribuído pelo Governo de então, destruiu direitos e trouxe aos trabalhadores portugueses em geral, e deste setor em particular, o maior retrocesso de que há memória.

O setor financeiro português é um dos mais rentáveis e modernos da Europa e do mundo, se não se entrar em linha de conta com os desvarios que nos trouxeram até aqui e de que não podem ser responsabilizados os trabalhadores. Com a sua competência e dedicação, os trabalhadores da banca e dos seguros contribuíram de forma decisiva para esse património de modernidade sobejamente elogiado, ontem como hoje.

Os trabalhadores da banca e dos seguros foram, são e serão os interlo-

cutores quer com investidores quer com aforradores, e com o crescimento económico que se vai consolidando serão tão ou mais importantes que no passado.

A recuperação da confiança no sistema financeiro português só será possível com trabalhadores competentes e com regras que os defendam, bem como aos clientes, da voracidade dos mercados e do espartilho das instituições europeias, espartanas com os pequenos do sul e pródigas com os grandes do norte da Europa.

Os trabalhadores do setor financeiro exigem medidas que reabilitem e dignifiquem a atividade financeira, e que o espaço que ocupam, enquanto interventores na expansão da economia, não seja ocupado pela desregulação e desinformação que exponha os mais vulneráveis – empresas ou particulares – a entidades financeiras sem rosto, sem escrúpulos, sem responsabilidade, sem trabalhadores.

Impõe-se uma intervenção firme da UGT na defesa dos postos de trabalho e da sua dignificação.

Os trabalhadores do setor financeiro sabem que contam com a UGT.

A UGT sabe que conta com os trabalhadores do setor financeiro.”



Entrevista a Carlos Silva

“As pessoas têm de ouvir a

O Congresso elegeu-o, de forma esmagadora, para um segundo mandato à frente dos destinos da UGT. Tal como há quatro anos, Carlos Silva sabe bem o que pretende para a central sindical, tendo sempre presente que o principal objetivo passa pela defesa intransigente dos trabalhadores. Nem que isso implique ir para a rua... Internamente, assume-se com um defensor do sindicato único do setor financeiro

P – Chegou a colocar em causa a candidatura a um novo mandato. O que mudou entretanto?

R – Houve uma conclusão generalizada que este mandato tinha corrido muito além das melhores expectativas pensadas há quatro anos, apesar das dificuldades da crise.

Houve um conjunto de pressões internas grandes e também uma falta de coragem da minha parte para dar um murro na mesa e ir-me embora. Isso não faço a uma organização como a UGT.

P – A responsabilidade é maior com os resultados no Congresso?

R – É, porque estamos numa altura em que se faz um grande esforço nacional para virar a página da austeridade, há um Governo que tem a clara intenção de estabilizar o sistema financeiro. É preciso combater a precariedade, reverter um conjunto de medidas que foram impostas durante o

Texto | Pedro Gabriel



nossa voz”

tempo da troika e aproveitar esta saída da austeridade para se encontrar um novo rumo. A responsabilidade da UGT é conseguir acautelar que a governação tem em conta as necessidades dos trabalhadores, que tantos sacrifícios sofreram nos últimos anos.

P – Há quatro anos disse que a UGT tinha de procurar outra dinâmica. Esse objetivo foi alcançado?

R – Penso que sim, viu-se no Congresso. Quem esteve percebeu que metade dos oradores foram mulheres e uma parte interessante foram jovens.

O que importa à central é captar a atenção dos atores políticos, sociais e económicos para perceberem que tem de haver outro rumo. A UGT é parceira e tem participado em centenas de eventos que deram uma outra imagem, mais próxima das pessoas e dos trabalhadores, dentro das empresas.

Esperavam algumas vozes de mau agouro que a UGT, nestes anos de grande crise e sofrimento para os portugueses,

pudesse claudicar. Não claudicou e o Congresso foi uma oportunidade espetacular para demonstrar que a UGT está viva e está forte.

Os portugueses têm vindo a compreender que não é com guerra todos os dias que se alcança a paz, é também à mesa das negociações. Muita gente, mesmo não o assumindo, conta com a UGT.

DESAFIOS

P – Quais foram os momentos mais importantes no primeiro mandato?

R – As atualizações do salário mínimo foram momentos muito importantes e difíceis de negociação. A questão da TSU foi importante no sentido de demonstrar que a UGT tem capacidade de influenciar. Foram momentos importantes, em que estimulámos o diálogo social e em que a UGT se assumiu como uma organização com peso e credibilidade.

P – E o momento mais complicado?

R – Quando o desemprego atinge 17%, quando estão mais de 700 mil inscritos nos centros de emprego, quando temos consciência que mais de 300 mil portugueses, sobretudo jovens, emigraram. Foi a partir daí que comecei a visitar o País, tínhamos de levar a imagem e a mensagem sindical a outros pontos. Era preciso dizer aos portugueses que não podiam desistir, tinham de ser resistentes.

P – Quais os principais desafios para o próximo mandato?

R – Temos de fazer um esforço para crescer, captar investimento, e criar confiança no País. E isso passa também por resolver o problema do setor financeiro.

Para a UGT, importante é defender os direitos dos trabalhadores e os postos de trabalho, envolvendo os nossos sindicatos e disponibilizando-nos para todas as ações que eles entendam que são pertinentes para determinadas formas de luta. Se tivermos de ir para a rua, vamos, não temos medo.

BANCA

P – E em relação ao setor financeiro?

R – Temos de dizer claramente aos banqueiros, ao Governo e ao País que os trabalhadores bancários contribuíram muito para, nos últimos 20 anos, a banca portuguesa ter sido das mais rentáveis da Europa.

É tempo de os nossos sindicatos, em particular no setor financeiro, dizerem: atenção à reestruturação da CGD, como é que essa diminuição vai ser feita e com que custos. Se houver custos o Estado tem de dar o exemplo e pagar com dignidade para não deixar nenhum trabalhador numa situação complicada e difícil para a sua vida.

P – Também há a questão do Novo Banco...

R – Não me ofende a nacionalização, preferimos qualquer solução que preserve os postos de trabalho e que continue a garantir que o banco está ao serviço do País, dos cidadãos, dos contribuintes e dos depositantes, para estimular a economia, para financiar as empresas, porque é o segundo banco português com o maior acervo de clientela de PME. ►

- Nem quero pensar que a Lone Star ou a Comissão Europeia ou o BCE venham exigir ao Novo Banco que, após a decisão final em relação à estratégia que o Governo decidiu assumir, venha pôr em causa mais postos de trabalho.

As administrações da CGD e do Novo Banco têm o dever ético e moral de reunir com os sindicatos e dar-lhes indicações passo a passo sobre qual é o seu plano estratégico para o futuro.

NEGOCIAÇÃO

P – A Concertação Social está hoje mais consolidada do que há quatro anos?

R – Claramente! A Concertação Social foi desvalorizada pelo anterior governo. Depois de conhecermos as políticas impostas ao País, o governo anterior foi muito além da troika. É aos portugueses e aos trabalhadores deste País que se deve o conseguirmos ultrapassar os difíceis momentos de austeridade.

A concertação social é importante sobretudo para quem tem o sentido do compromisso, quem não se quiser comprometer não assina. É importante porque abre as portas para outras matérias, como as portarias de extensão, fundamentais para a sobrevivência da contratação coletiva em Portugal.

P – Era assim tão inoportável para as empresas um aumento do salário mínimo sem terem uma compensação?

R – Eu acho que não era inoportável. Demonstrámos ao FMI, ao BCE, à Comissão Europeia, à OCDE e a todos os fantasmas que vieram dizer que o diabo ia descer à terra que o aumento do salário mínimo, da forma como a UGT o propôs, não ia provocar despedimentos nem encerramento de empresas – e não provocou.

O que dizemos é que gostaríamos de atingir os padrões médios europeus, queríamos os 600€ até ao final da atual legislatura, em 2019. Nessa altura, o Governo está comprometido com os partidos à esquerda e com os parceiros sociais em atingir os 600€.

Queremos garantir que o País evolui de forma sustentável.

P – A UGT está confortável com a proposta do Governo para o regime das reformas antecipadas?

R – Não está nem poderia estar. É esmagar as pessoas e obrigá-las a trabalhar até à morte para levarem os 100%. É uma questão de justiça. Se o trabalhador descontou uma vida inteira e a empresa também descontou por ele, porque é que ao fim de 40 anos não há de ter direito a usufruir de um desconto que fez toda a vida? Defendemos que 60 anos de idade e 40 de carreira contributiva é uma longa carreira e quem os tiver merece a reforma sem penalização.

P – Como está a relação da UGT com a CGTP?

R – É uma relação de respeito. Não temos uma relação de grande conflitualidade, mas também não temos uma relação de amizade. Cada um no seu sítio, promovendo as convergências necessárias em determinadas formas de luta. Há coisas em que estamos de acordo e outras não.

O movimento sindical tem de se articular melhor e tem sido difícil, muitas vezes por uma certa ideologia militante que a CGTP tem, independentemente de nós, de uma



forma geral e até transversal, defendermos na maior parte dos casos as mesmas coisas.

SINDICATO ÚNICO

P – Um sindicato único do setor financeiro teria mais força nas negociações?

R – A questão do sindicato único já se falava quando entrei para a banca, em 1988. Continuamos à espera e há resistências que são incompreensíveis.

Aqui fala-se, acima de tudo, dos três sindicatos bancários, sem prejuízo para os nossos colegas dos seguros que estão desejosos e não têm uma questão que é um argumento de peso: os SAMS.

Há opções que têm de ser feitas e não pode ser de ânimo leve que a fusão dos cinco sindicatos tem de ocorrer, é preciso fazer um estudo. Se há papões que alguns dirigentes têm, entre os quais que vão perder o seu lugar de conforto, em que todos querem ser reizinhos, príncipezinhos, condes e marqueses, esta questão tem de ser atirada para o lado, porque a um dirigente sindical cabe defender o coletivo.

Alguém tem de dar o tiro de partida e este tem de ser dado pelos sindicatos maiores. Está nas mãos do SBSI e do SBN determinarem o futuro do setor bancário em Portugal.

P – O que se pode fazer para evitar a perda de mais sindicalizados?

R – No setor bancário em particular, os sindicatos levaram um corte muito grande no seu número de filiados porque a banca diminuiu e mandou embora trabalhadores. O que é que tem de se fazer? Ir para o terreno. É na rua, nas empresas, que se fazem sócios, temos de dar a cara e dar a oportunidade aos trabalhadores de nos criticarem. É preferível que o façam olhos nos olhos e eu poder explicar do que irem para as redes sociais sob anonimato fazerem a catarse. Essa catarse não é boa psicologicamente, é boa dentro do local de trabalho, frente a frente ao dirigente sindical para poder cativar, sensibilizar com pedagogia o trabalhador e apelar à sua sindicalização. Está à mão de semear de todos os sindicatos e dirigentes sindicais poderem crescer mas têm de ser humildes e ir para o terreno. ■



CONCURSO FOTO FEBASE

Fotos apuradas no mês de março



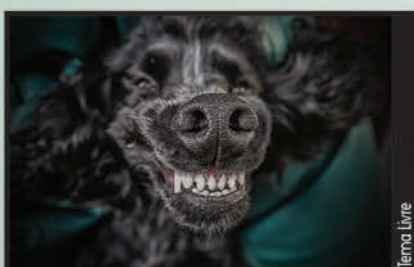
"Entre margens"
José Veiga



"Bosque"
Jorge Araújo



"Silhuetas"
Juvenal Candeias



"Um sorriso para ti"
Francisco Oliveira



"Tulipa"
António Passinhas



"Pelo Tejo vai-se para o mundo"
Rui Gonçalves



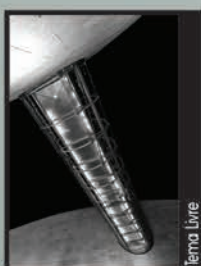
"Macro"
José Barreiro



"Intemporal"
Francisco Oliveira



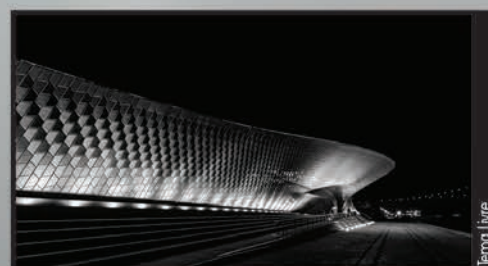
"Reflexos"
Carlos Seco



"Space tube"
Domingos Silva



"Conversa acabada"
José Pinto



"Like a shark"
Domingos Silva

Caminhar pela aldeia de xisto

O Secretariado Regional de Coimbra promove, no próximo dia 6 de maio, uma caminhada até à aldeia de xisto de Gondramaz

Textos | Eduardo Alves



Situada na vertente ocidental da Serra da Lousã, Gondramaz, que se distingue pela tonalidade específica do xisto, estrutura-se a partir de uma rua principal

até ao limite em que o declive permitiu construções.

Com início em Espinho (Miranda do Corvo) o percurso de 6 km permite apre-

ciar uma paisagem que nos envolve e é uma verdadeira obra de arte da Natureza.

Mais informações com José Fazendeiro (telm. 914 959 477). ▶

Surfcasting

Mário Veríssimo domina competição



Mário Veríssimo com João Miguel Lopes e Pedro Veiga, do SBC

A Praia da Consolação assistiu, no mês de março, à realização das duas provas de apuramento para a final nacional, a realizar a 23 de setembro, e que ficaram marcadas pelo vento e pelas fortes correntes que se verificaram.

Mário Veríssimo, da CCAM de Peniche, mostrou estar em forma, dominando a competição.

Resultaram apurados para a final nacional: Mário Veríssimo (CCAM Peniche); Francisco Manata (BPI Coimbra); Rui Nunes (BPI Leiria); Pedro Veiga (BPI Caldas da Rainha); Rui Prata (BPI Coimbra); David Faria (BCP Nazaré). ▶

Futsal

Apuradas as finalistas regionais

Omês passado marcou o apuramento das equipas para a final regional do XLI TNIFS.

No confronto entre as equipas do Clube Millennium bcp e da Caixa de Crédito Agrícola, de Coimbra, saiu vitoriosa a primeira.

Já no embate entre as equipas de Viseu e Os Mesmos, da Guarda, ficou apurada a equipa da Guarda.

Na final regional a disputar em Tondela, no dia 22 de abril, as equipas Clube



Millennium bcp e Os Mesmos irão defrontar-se na luta por um lugar na final nacional do TNIFS. ▶

Passeio ao Redondo florido



Recuperada uma tradição que remonta a 1838, a vila alentejana do Redondo enfeita as suas ruas com milhares de flores de papel.

Venha com o SBC comemorar esta festa que se realiza apenas de dois em

dois anos, com um programa especialmente criado a pensar no seu bem-estar e divertimento.

Reserve já os dias 29 e 30 de julho na sua agenda!

Mais informações com o Departamento de Tempos Livres. ▶

AGENDA DESPORTIVA DE ABRIL

Dia 22

Futsal – Tondela – TNIFS - final regional;
Pesca de mar – Nazaré – 2.ª prova.

Conselheiros aprovam orçamentos

Viseu recebeu o Conselho Geral do Sindicato no dia 3 de março, para aquela que foi a sua primeira reunião de 2017

Textos | Eduardo Alves

Cumprindo um desejo antigo de descentralização, a sessão contou com uma forte presença de conselheiros, que se mostraram agradados com esta medida.

Iniciada a sessão, foram vários os conselheiros que manifestaram a sua preocupação com temas prementes para todos os bancários, como a situação da Caixa Geral de Depósitos e do Novo Banco, e, internamente, com o SAMS ou o sindicato único.

Relativamente à constituição de uma nova organização sindical, Helena



dança, levando, inevitavelmente, a que a diminuição do número de postos de trabalho se mantenha, terá o Sindicato o desafio de compensar a redução da receita que esta realidade provoca tornando-se

modernizar equipamentos e procedimentos, o investimento parece adequado, salientando que estas operações não afetam a solidez ou o equilíbrio financeiro do Sindicato dos Bancários do Centro. ■



Carvalho, presidente do SBC, afirmou que no futuro será uma inevitabilidade.

Pedro Veiga, tesoureiro, ao apresentar o orçamento retificativo suplementar para 2016 apontou para uma redução global da despesa em 4,12%, o que compensa a quebra nas receitas de 3,77%. A quotização foi a rubrica mais afetada, pois dada a reestruturação do setor perdeu este ano muitos trabalhadores. Submetido a votação, o orçamento foi aprovado por larga maioria.

AÇÃO SINDICAL

Apresentando o orçamento para 2017, também aprovado por larga maioria, Fernando Pereira, vice-tesoureiro, informou que este se pauta por um maior rigor na despesa, revelando uma cuidada contenção de gastos acompanhada por uma maior eficiência, a par da modernização tecnológica, simplificando a relação com os associados. Lembrando que o setor continua em mu-

mais eficiente e, simultaneamente, dar uma resposta mais ativa e persistente na defesa dos postos de trabalho e dos trabalhadores.

Na ação sindical, refere Fernando Pereira, procura-se compensar a redução da receita, que estima na ordem dos 7%, com uma redução geral das despesas, apesar do reforço do investimento ao nível da informática.

SAMS

No Regime Geral do SAMS, com o incremento das contribuições por via do *per capita* será possível compensar outras rubricas de receita, bem como reforçar a verba para apoio aos beneficiários, ao mesmo tempo que se racionalizam custos e otimizam processos.

Quanto ao Regime Especial, e face à necessidade de se melhorarem condições nos postos clínicos de Coimbra e Guarda,

Direção visita balcões

A ação de sindicalização foi iniciada no distrito de Leiria.

Os sócios reagiram favoravelmente a esta iniciativa de proximidade

Está em curso uma ação de visita aos balcões das IF's por parte da Direção do SBC visando não só uma melhor compreensão das preocupações que, no momento, são mais prementes para os sócios, mas também o desenvolvimento de uma renovada política de proximidade que leve o Sindicato até aos seus associados.

O distrito de Leiria acolheu o arranque da iniciativa, sendo vontade da Direção do SBC tornar esta ação uma constante, situação que tem sido bem recebida pelos associados.

Carlos Bicho, vice-presidente do SBC e coordenador da Sindicalização, refere que nos contactos estabelecidos é notória a satisfação dos trabalhadores por o Sindicato ir ao seu encontro e isso dá à Direção força e motivação para continuar.



Novóptica

Mais negócios, mais descontos

O segundo mandato de quatro anos da Comissão de Gestão da Novóptica termina este mês, com a satisfação do dever cumprido. Os associados do SBN responderam com a maior procura dos serviços da Loja de Óptica

Textos | Francisco José Oliveira

A Comissão de Gestão da Novóptica é constituída por Henrique Rêgo e Carlos Nobre, que assumiram a tarefa de remodelar, modernizar e conferir maior visibilidade àquela importante estrutura do SBN, que desde então passou a estar ainda mais ao serviço dos associados e beneficiários. A entrevista realizada com aqueles responsáveis traduz o que foi o percurso efetuado.

P – Findo este período de oito anos, pode dizer-se que os objetivos pensados inicialmente foram atingidos?

R – Sim, é com agrado que constatamos que as alterações efetuadas na Loja de Óptica têm permitido atingir os objetivos propostos. Nesse sentido, no final de 2016 registámos um volume global de negócios bastante interessante: 1,12 milhões de euros. Sublinhe-se que, desde que procedemos à deslocalização da loja para a face da rua, o volume de vendas tem vindo consecutivamente a aumentar, alcançando em 2016 um crescimento na faturação de cerca de 30%.

P – Havia, portanto, uma estratégia, delineada, para atingirem tal crescimento?

R – Claro, porque este interesse em aumentarmos o volume de negócios revelava-se prioritário, uma vez que só dessa forma poderíamos usufruir de melhores descon-

tos atribuídos pelos fornecedores e, consequentemente, praticar preços ainda mais baixos.

Por outro lado, temos vindo a constatar igualmente que tem sido cada vez maior o número de associados que usufruem do período de alargamento do horário de funcionamento da loja – ao sábado, entre as 9 e as 13 horas.

Enfim, não podemos deixar de destacar a importância do resultado económico atingido – os resultados líquidos foram positivos em cerca de 240 mil euros.

Mas não podemos deixar de sublinhar que para a consecução destes resultados tem sido determinante o contributo empenhado e profissional da equipa composta por seis trabalhadores – entre os quais técnicos qualificados –, cuja disponibilidade e simpatia, além do saber fazer, têm evidenciado desde o início a forma empenhada como envergam a camisola da Novóptica.



Carlos Nobre e Henrique Rêgo assumiram os destinos da Novóptica

BOA ADESAO

P – Têm sentido uma boa adesão dos associados às vossas propostas?

R – Sem dúvida, até porque nenhum destes objetivos poderia ter sido atingido se os próprios bancários não tivessem interiorizado a mensagem de que todas estas iniciativas estavam a ser desenvolvidas no seu próprio interesse e para seu benefício.

Ou seja, se os associados e beneficiários não tivessem vindo a fazer cada vez mais

a opção de adquirir na Novóptica os seus produtos (que, aliás, são de primeiríssima qualidade e que em nada desmerecem do que de melhor existe no mercado), eles próprios também não poderiam agora usufruir de benefícios tão elevados.

E eles sabem que aqui encontram uma assistência técnica que não teme confronto com a concorrência, o que permite uma elevadíssima rapidez de resposta.

Além do mais, os nossos fornecedores garantem-nos também proporcionar aos

clientes as melhores marcas que o mercado possui – tanto em armações, como em lentes, como em outros produtos – e, apesar disso, com a manutenção de preços sociais, claramente abaixo dos praticados pelas outras lojas da especialidade.

P – Podem concretizar essa afirmação?

R – É fácil. Os resultados líquidos positivos obtidos pela loja foram investidos em benefício dos associados, nomeadamente aumentando os descontos praticados no exercício de 2016, passando-os de 5% para 7,5%. Assim, durante o ano transato foram concedidos aos associados mais de noventa mil euros em descontos.

Neste contexto – face à qualidade que a Novóptica evidencia – é fácil compreender também o aumento das vendas que tem registado junto do público em geral, facto a que não é alheia a visibilidade da exposição da loja, que apresenta sempre o que há de mais moderno e de mais apelativo no mercado.

P – Uma reflexão de fim de mandato...

R – Queremos registar um sentimento de satisfação e de dever cumprido por esta tarefa que nos foi confiada e da qual tão orgulhosos nos sentimos. ■



Comissão Permanente aprova Rela

A Comissão Permanente aprovou por larga maioria – apenas um voto contra e duas abstenções – o Relatório e Contas referente ao exercício de 2016 e autorizou a Direção, pelo mesmo resultado, a aderir ao ACT do BCP

Texto | Francisco José Oliveira

A Comissão Permanente, reunida no Porto no dia 30 de março, aprovou a adesão do SBN ao ACT do Grupo BCP assinado com a Febase e publicado no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 6, de 15 de fevereiro, culminando um processo que tinha sido iniciado em finais de outubro de 2016, quando o BCP informou o

Sindicato da vontade expressa em proceder a uma revisão parcial do acordo.

O banco justificava tal vontade com a necessidade de fazer alinhar algum do clausulado do Acordo então em vigor com as alterações introduzidas pelo novo ACT do setor bancário acordado com o grupo negociador das instituições de crédito em julho de 2016 e publicado no BTE n.º 29 de agosto de 2016.

Simultaneamente, pretendia manter contidos os custos com pessoal, permitindo-lhe atingir níveis de rentabilidade que permitissem a sua rentabilidade futura.

Depois de diversas reuniões em que foram analisadas as alterações pretendidas, nomeadamente as relacionadas com promoções e progressões, descanso semanal, feriados e dispensas, prémio de antiguidade, prémio final de carreira, contribuições para o SAMS, apoio à natalidade e diverso clausulado relacionado com a

Segurança Social, foi possível obter um acordo de princípio.

Ao mesmo tempo, o banco assumiu o compromisso com os Sindicatos de que o Memorando de Entendimento assinado em 31 de dezembro de 2013 e com fim previsto para o mês homólogo de 2017, terminaria em julho deste ano – data em que negociará com os Sindicatos a aplicação de uma nova tabela salarial e a reposição do clausulado entretanto suspenso.

Apesar de a Direção do SBN ter poderes, nos termos estatutários, para assinar as alterações negociadas, decidiu efetuar reuniões em toda a área geográfica do Sindicato, para discutir todas as alterações, procedendo de seguida a uma consulta aos trabalhadores sobre esta matéria, o que veio a acontecer com os resultados já devidamente comunicados e pelos quais os trabalhadores, de forma clara, se expressaram por larga maioria a favor da assinatura do acordo.



empresa e de delegação, tendo em vista um novo impulso na atividade sindical e na proximidade aos associados.

No ano transato foram eleitos vários delegados sindicais e cumpridas inúmeras diligências no âmbito do combate ao trabalho suplementar não remunerado e do cumprimento do regulamento de Higiene e Segurança no Trabalho.

Junto da Autoridade para as Condições do Trabalho foram promovidas diversas diligências, sensibilizando-a para a praga do trabalho não remunerado, tendo por objetivo uma fiscalização mais permanente e mais eficaz às instituições de crédito que infringem o Acordo Coletivo de Trabalho.

O Relatório passa ainda em revista as principais atividades ocorridas na Negociação Coletiva, no Contencioso, na Informação, na Informática, nos Recursos Humanos, nos Tempos Livres e Lazer, no pelouro Recreativo, Cultural e de Eventos, no Desporto e no Património, dedicando ainda capítulos ao Regime Geral, ao Fundo Sindical de Assistência, à Loja de Ótica e à Pinheiro Manso.

CONGRESSO DA UGT

Os congressistas aprovaram também – apenas com uma abstenção – uma moção

apresentadas por representantes de diversas estruturas sindicais, num ambiente da mais aberta democracia, em que o objetivo final foi o de privilegiar os maiores denominadores comuns.”

“Respeitar o passado, assumir o presente e projetar o futuro pela defesa do crescimento do emprego e de mais justiça social” – foi assim que o documento caracterizou o tríptico que marcou aquela reunião magna da UGT que, “entre outras virtualidades, fez regressar à casa de origem, a Mui Nobre e Invicta Cidade do Porto, o espírito fundador dos valores que presidiram à constituição da Carta Aberta, plasmados no seu 1.º Congresso do Cine Teatro Vale Formoso”.

TENDÊNCIAS ANALISAM QUADRIÊNIO

A reunião terminou com os representantes das tendências a corresponder a um convite do presidente da Mesa, Alfredo Correia, a fazer uma breve análise ao que foi o exercício que agora terminou.

A TBP disse esperar que os próximos quatro anos sejam “anos de mudança”, enquanto a TIDC referiu que os últimos quatro anos foram de “extrema violência, relativamente às lutas que tiveram de ser

tório 2016 e adesão ao ACT do BCP

DINAMIZAÇÃO SINDICAL E SINDICALIZAÇÃO

O Relatório refere que no ano transato foram efetuadas reuniões com a estrutura sindical, com vista ao aprofundamento de diversos assuntos, tendo sido dado enfoque aos seguintes temas: tabela salarial, revisão dos ACT e instabilidade no setor bancário.

Neste âmbito, foram efetuadas visitas aos balcões de todas as instituições de crédito na área das delegações, bem como em toda a área do Porto e do Grande Porto.

Foi dada especial atenção, dado o clima de instabilidade e de incerteza quanto ao futuro, ao sindicalismo de proximidade junto dos associados do Novo Banco, do Millennium BCP, da CEMG e do Barclays, através da visita aos respetivos balcões e promovendo reuniões com os mesmos.

Foram efetuadas várias reuniões individualizadas com as comissões sindicais de

apresentada pela Tendência Sindical Socialista, congratulando-se pela realização do 13.º Congresso da UGT no Porto e formulando votos para que, “em clima de saudável e franco debate democrático, como é seu apanágio, a central se afirme com cada vez maior determinação na defesa dos princípios fundamentais com que o SBN se identifica, isto é, com a luta constante e intransigente pela defesa dos legítimos direitos e interesses dos trabalhadores portugueses, em geral, e dos bancários, em particular”.

O documento começava por referir que o congresso se tinha traduzido por “um assinalável êxito sindical, para o qual muito contribuiu o apoio logístico dado pelo Sindicato dos Bancários do Norte”.

Na oportunidade, “os congressistas tiveram, então e ali, oportunidade de analisar e votar o projeto de resolução programática para o próximo quadriénio, bem como cerca de uma vintena de moções

travadas”, homenageando a Direção pela “calma e perspicácia com que conduziu os problemas com que o SBN foi confrontado”. Os TSD salientaram que o quadriénio que “ora finda não deixou saudades, porque os bancários e suas famílias muito sofreram”, sublinhando que “a Direção fez o que pôde em sua defesa”.

Já a TSS disse que estes anos “talvez não tenham sido os mais difíceis, tendo em conta os que aí se avizinham, que não serão melhores em termos das lutas a travar”, referindo ainda que continuará a confiar na Direção.

Por último, Alfredo Correia agradeceu a todos quantos o acompanharam desde 1994, referindo que desempenhou as suas funções dando o melhor de si próprio, “apesar de algumas pedras que se foram levantando pelo caminho” e terminando por desejar “as maiores felicidades” ao seu substituto, “em prol dos interesses da classe bancária”. ▀

Futsal

Liderança partilhada

Com vitórias nos respetivos jogos, GD Santander Totta e Team Foot ascenderam ao primeiro lugar da classificação, em igualdade pontual



Textos | Pedro Gabriel

A terceira jornada do apuramento lisboeta do 41.º Torneio Interbancário de Futsal teve lugar no dia 17 de março, no Pavilhão da CGD.

A primeira partida da noite opôs o GD Santander Totta ao CMBCP Foot-a-Mill. Começaram melhor os homens do BCP, com Filipe Silva a inaugurar o marcador logo aos 4 minutos. Respondeu o Santander Totta, por intermédio do capitão Luís Xavier, quando estavam decorridos 12 minutos. Quase no intervalo, Carlos Santos voltou a abanar as redes, levando a Foot-a-Mill em vantagem para o descanso.

Na segunda parte, o Santander entrou de forma imparável, marcando por Rui

Esteves, aos 6' e 16', Gonçalo Abrantes, aos 14' e Joel Silva, aos 19', fixando o resultado final em 5-2.

INVENCIBILIDADE

O segundo jogo foi mais equilibrado, opondo Team Foot ao Banco BPI. Foi preciso esperar pelo minuto 17' para se ver o primeiro golo da partida, da autoria do capitão João Rebocho. Ao intervalo, registava-se a vantagem mínima para a equipa Team Foot.

Na etapa complementar, a toada de equilíbrio manteve-se, mas dois golos praticamente seguidos para a Team Foot deitaram por terra as aspirações do Banco BPI. Sérgio Carvalho, aos 13', fez o segundo tento, e novamente João Rebocho, dois mi-

nutos depois, marcou o terceiro para a sua equipa. A Team Foot venceu assim por 3-0, mantendo-se também invicta na prova.

EQUILÍBRIO

Santander Totta e Team Foot somam agora seis pontos, sendo que apenas a diferença de golos as separa. A próxima jornada ficará marcada pelo encontro entre estas duas equipas e que poderá ajudar a definir o vencedor da fase de grupos.

Fapoc, que folgou nesta ronda, Foot-a-Mill e Banco BPI seguem atrás, com 4 pontos.

As restantes jornadas da fase de apuramento realizaram-se no dia 31 de março e 7 de abril, pelo que daremos conta dos resultados em futuras publicações. ▶

Almoço-convívio da AMEBFE...

A Associação Mutual dos Empregados do ex-Banco de Fomento e Exterior (AMEBFE) vai realizar um convívio no dia 6 de maio, às 13h00, no restaurante Pano de Boca, em Lisboa.

O preço por pessoa é de 22€, e os pagamentos devem ser feitos por depósito na conta da AMEBFE com o número 4-3875136-000-001 (Banco BPI), colocando o nome na referência, ou através de transferência para o NIB: 0010 0000 3875 1360 0019 3.

Os comprovativos de depósito ou transferência devem ser enviados para o endereço antonio.j.silva.pt@gmail.com até ao dia 26 de abril.

Para mais informações estão disponíveis os seguintes contactos: António Silva (antonio.j.silva.pt@gmail.com / 919 746 091) e Costa Fernandes (969 022 850). ▶



...e do Totta Standard de Angola

Os antigos trabalhadores do ex-Banco Totta Standard de Angola vão também reunir-se, no dia 20 de maio, no restaurante Manjar do Marquês, em Pombal.

A concentração será às 11h00 no local do encontro, estando disponíveis

autocarros a partir de Lisboa e Porto. Os interessados devem fazer a sua inscrição junto dos seguintes contactos: António e Armanda Falcão (969 093 565 / 919 722 964), Celeste Nunes (963 360 447), Ernestina Aparício (962 549 053) e Mário Santos (963 023 154). ▶

Viana do Castelo

SBSI leva sócios ao 1.º de Maio da UGT

O Sindicato organiza o transporte dos associados até à cidade minhota, onde a UGT celebra este ano o Dia do Trabalhador

Textos | Inês F. Neto

No ano em que se comemora o 43.º Dia do Trabalhador em liberdade, a UGT decidiu comemorar o 1.º de Maio em Viana do Castelo, prosseguindo desta forma a descentralização desta efeméride. O programa inclui animação musical, almoço e intervenções sindicais.

Junto ao rio Lima, a festa proporcionará agradáveis momentos de convívio (a que não faltará o tradicional porco assado para repor forças) e de reflexão sindical.

O objetivo é defender as conquistas laborais e sociais alcançadas nestas quatro décadas e reivindicar a reposição dos direitos retirados aos trabalhadores.

Os trabalhadores em geral e os bancários em particular têm razões para exigi-



rem um futuro melhor, participando neste dia que é de festa mas também de luta e protesto.

INSCRIÇÕES

Para facilitar a participação dos associados na festa do trabalhador da UGT, o SBSI promove o transporte para Viana do Castelo (e regresso a Lisboa), bem como o almoço.

O ponto de encontro para a partida será junto ao Centro Clínico de Lisboa, às 7h00, e o regresso está agendado para as 17h00.

Os sócios interessados devem inscrever-se e aos seus acompanhantes (sem limite) até às 17h00 do dia 21 de abril, junto dos respetivos Secretariados de Empresa ou Regional, ou diretamente para a sede, por telefone (21 321 60 90), fax (21 321 61 80) ou e-mail (administrativa@sbsi.pt). ■

Dia diferente para os reformados

O passeio incluiu visitas ao Jardim Botânico da Ajuda, ao Museu da Carris e ao Lar de Idosos do SBSI



No Museu da Carris...



... e no Jardim Botânico da Ajuda

Na parte da manhã, os dois grupos fizeram visitas guiadas ao Jardim Botânico da Ajuda e ao Museu da Carris, em Lisboa. Os participantes caracterizaram a visita como um êxito, uma vez que muitos deles visitaram estes locais pela primeira vez.

Já no Lar de Idosos, em Brejos de Azeitão, os participantes tiveram a oportu-

nidade de almoçar e de bailar, com a animação musical a cargo do Grupo de Cantares e Cavaquinhos da Universidade Sénior da Ajuda.

A Secção de Reformados recebeu os agradecimentos de todos e o devido encorajamento para que iniciativas como esta se repitam. ■

A Secção Sindical de Reformados do SBSI levou a cabo um passeio no dia 18 de março, proporcionando aos participantes momentos de descontração e lazer.

Contacto com trabalhadores continua

As visitas têm por objetivo o esclarecimento de dúvidas, a sindicalização ou fidelização e, ainda, a oferta de um mimo: caneta e tapete para rato, tudo do STAS



Texto | José Luís Pais*

Na revista de fevereiro anunciámos o início das visitas sindicais a diversas localidades do País. Esta ação está contemplada como um dos principais objetivos da Direção para o ano em curso.

A intenção está alicerçada no que se relaciona com a vida profissional dos colegas e também com o esclarecimento necessário a propósito do ACT em vigor, que manifestamente abrange a maioria dos trabalhadores da nossa atividade e que preserva os seus direitos e as suas regalias contratuais. Aproveitamos as visitas para oferecermos tapetes com calendário para rato de computador e uma esferográfica.

Estes contactos têm contribuído – e nem vale a pena referir as atoardas lançadas por quem se recusou a negociar no já longínquo ano de 2011 –, para os trabalhadores ficarem plenamente conscientes da importância fulcral do ACT na sua vida la-



boral, com especial incidência na defesa do PIR, sem esquecer o direito indeclinável a terem uma tabela salarial e um subsídio de refeição com atualizações anuais desde o ano de 2016.

SINDICALIZAÇÃO

Continuaremos, pois, com frequência este tipo de comunicação com os trabalhadores.

Reconhecemos a sua importância porque permite igualmente a sindicalização de quem ainda não o é e ao mesmo tempo envidamos todos os esforços de forma a minimizarmos e/ou apagarmos a demagogia inconsistente que alguns, infelizmente, teimam em usar.

Servem ainda estes contactos para os mais diversos pedidos de informação ou esclarecimento.

Depois das localidades mencionadas na revista de fevereiro, foi a vez de estarmos até ao final de março em Loures, Odivelas, Oliveira do Hospital, Lamego, Viseu, Leiria, Caldas da Rainha, Sintra, Amadora, Portimão, Faro, Vendas Novas e Évora.

Outras localidades se seguirão. Queremos abranger o País. ■

*Vice-presidente do STAS



Direção **debate** atividade

A análise da previsão de uma proposta salarial para 2018 foi um dos temas em discussão

Texto | Patrícia Caixinha

A Direção reuniu-se na sua sessão mensal, tendo como Ordem de Trabalhos: Discussão e aprovação das Contas do exercício de 2016, bem como do Relatório

de Atividades; Situação da contratação coletiva no setor; Sindicalização-balanço das visitas e contactos com trabalhadores; Outros assuntos.

Prestadas as devidas informações quanto à matéria que constituía a reunião, seguiram-se algumas intervenções.

Assim, a Direção aprovou as Contas e o respetivo Relatório.

No que diz respeito à contratação coletiva, foi feito o ponto de situação quanto à

negociação com a Ageas e à intervenção na Ibero Asistencia. Relativamente ao ACT, esteve em análise a previsão de uma proposta salarial para 2018.

Balanço positivo das visitas e referência à continuidade.

Marcada a reunião do Conselho Geral para 21 de abril com inclusão dos delegados sindicais; entrega de emblemas aos sócios com 25 e 50 anos de filiação sindical no dia 6 de abril. ■

CONVOCATÓRIA

Convocam-se os Conselheiros Gerais do Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Seguradora – STAS, para uma reunião ordinária deste Órgão Estatutário, para o próximo dia 21 de abril de 2017, às 14h e 30m, na Sede do STAS, sita na Av.ª Almirante Reis, 133 – 5.º, em Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1– Período de “Antes da Ordem do Dia”;
(Art.º 25.º do Regimento do CG)
- 2– Discussão e votação do Relatório e Contas do Exercício de 2016; (*)
(alínea a) do n.º 9. do Art.º 16.º e n.º 7. do Art.º 27.º dos estatutos)
- 3– Análise da situação do setor e da Contratação Coletiva;
- 4– Informações.

(*) – a necessária documentação será oportunamente remetida.

Sendo a vossa presença de primordial importância, dado tratar-se duma reunião ordinária deste Órgão Estatutário do Sindicato, agradecemos a confirmação da vossa participação junto dos serviços do Sindicato, pelos meios habituais, informando, igualmente, da necessidade de requisição para as vossas entidades patronais.

Cordiais saudações sindicais,
Lisboa, 27 de março de 2017

O Presidente do Conselho Geral do STAS

José Alfredo Lopes Val-Figueira



Marrocos, o Legado Português | 10 a 17 de junho

1.º Dia (MP) – Lisboa | Marraquexe (Voo TP 1452 16h20/18h25)
 2.º Dia (PC) – Marraquexe
 3.º Dia (PC) – Marraquexe | Essaouira
 4.º Dia (PC) – Essaouira | Safi | Azemmour | El Jadida
 5.º Dia (PC) – El Jadida | Meknes | Fez
 6.º Dia (PC) – Fez
 7.º Dia (PC) – Fez | Rabat | Casablanca
 8.º Dia – Casablanca | Lisboa (Voo TP 1439 7h00/9h00)

- Preço por pessoa, base quarto duplo (hotéis de 5 *) – 1.050,00 € para um mínimo de 24 participantes (*)
- Suplemento para quarto individual – 150,00 €
- Taxas de aeroporto incluídas, passíveis de alteração até à emissão final dos voos
- Obrigatório passaporte com 3 meses de validade

(*) Os preços podem reduzir se o número de participantes for maior.

Flandres | 5 a 8 de outubro

1.º Dia (MP) – Lisboa | Bruxelas
 2.º Dia (Pc) – Bruxelas | Bruges | Gante | Bruxelas
 3.º Dia (Pc) – Bruxelas | Antuérpia | Malines | Bruxelas
 4.º Dia (Pa) – Bruxelas | Lisboa

- Preço por pessoa, base quarto duplo (hotéis de 4*) – 740,00 € para um mínimo de 18 participantes (*)
- Suplemento para quarto individual – 150,00 €

(*) Os preços podem reduzir se o número de participantes for maior.



Serviços Incluídos:

- Pequeno-almoço (Buffet na maioria dos hotéis)
- 5 Refeições (sem bebidas)
- Visitas e/ou excursões com guia local (segundo itinerário)
- Panorâmicas de Bruxelas, Antuérpia e Malines, Gant e Bruges
- Excursão de visita a Lovaina

PROGRAMAS COMPLETOS E MAIS INFORMAÇÕES NO NOSSO SITE **WWW.STAS.PT** OU LIGUE **211 383 593**

Segurança

na sua escolha.



 800 204 222
www.servilusa.pt

Compromisso

no nosso serviço.

**Condições Especiais
para sócios e familiares do
SINDICATO DOS BANCÁRIOS
DO SUL E ILHAS**



Simple

Vai ao encontro da sua vontade e não depende de terceiros.

Flexível

Permite várias formas de pagamento e em qualquer momento pode alterar os serviços que contratou.

Vantajoso

Protege os seus familiares de encargos no momento difícil e pode ser subscrito em qualquer idade.

Seguro

Garantimos a execução do plano que escolheu com o Cartão Contrato.

Planear faz parte da vida.

Liberte a sua família de qualquer encargo ou preocupação.

A partir de
45€*/mês



Plano Funeral em Vida

 **Servilusa**
Agências funerárias


* Exemplo de financiamento para um Plano Funeral em Vida de 1.780€, com entrada inicial de 700€, pagamento a crédito de 24 meses, sem juros, sem encargos adicionais. Crédito Simplificado Servilusa TAEG 0%.

PARTICIPA
NA FESTA DOS
TRABALHADORES
ABERTURA: 10:30H



PORTUGAL

1º MAI 2017

**CRESCIMENTO
EMPREGO
+ JUSTIÇA SOCIAL**

1º MAI

ANIMAÇÃO MUSICAL

Bombos
Banda Filarmónica
Folclore

SONS do MINHO

Tuna da Ass.
Agostinho
Roseta

UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES
VIANA DO CASTELO



CENTRO CULTURAL DE
VIANA DO CASTELO

